

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 24

(Sem revisão final)

7 de março de 2019

(17 h 23 m – 19 h 50 m)

Ordem do dia:

Audição dos Presidentes da Associação de Oficiais das Forças Armadas, Tenente-Coronel António Mota, da Associação Nacional de Sargentos, Sargento Mário Ramos, e da Associação de Praças, Cabo-Mor Luís Reis.

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Ricardo Bexiga (PS)

João Vasconcelos (BE)

Álvaro Castello-Branco (CDS-PP)

Carlos Abreu Amorim (PSD)

António Filipe (PCP)

José de Matos Rosa (PSD)

Odete João (PS)

Fátima Ramos (PSD)

Sandra Pontedeira (PS)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar Ocorrido em Tancos.

Eram 17 horas e 23 minutos.

Hoje, teremos um formato diferente daquele que vem ocorrendo porque, de acordo com o que foi deliberado, procederemos à audição de diversas associações, começando pela Associação de Oficiais das Forças Armadas, com a presença do Sr. Tenente-Coronel António Mota, a quem cumprimento.

Nos termos deste figurino, haverá uma ronda de 5 minutos atribuídos a cada grupo parlamentar, que será sequencial, após o que o Sr. Tenente-Coronel terá a amabilidade de responder.

De qualquer modo, o Sr. Tenente-Coronel comunicou-me a intenção de fazer uma declaração inicial, o que é regimentalmente permitido, pelo lhe dou a palavra.

Sr. Tenente-Coronel, a palavra é sua.

O Sr. Ten. Cor. **António Mota** (Presidente da Associação de Oficiais das Forças Armadas): — Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Excelentíssimas Sr.^{as} e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Começo, naturalmente, por a todas e a todos cumprimentar em meu nome pessoal e em nome da Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA).

A AOFA congratula-se com o facto de nesta Comissão se procurar apurar, através da audição exaustiva de um vastíssimo conjunto de

personalidades militares e civis, tal como a própria designação da Comissão o explicita, as responsabilidades políticas do furto do material militar em Tancos.

A AOFA expressa desde já o desejo, a bem do cabal esclarecimento aos portugueses, de que outras comissões com idêntico propósito — o apuramento de responsabilidades políticas — possam vir a ser consideradas pela Assembleia da República em matérias tão relevantes para as Forças Armadas, e conseqüentemente para Portugal, referindo-nos, entre outras, às questões relacionadas com o estado dramaticamente condicionador do cumprimento cabal das missões a que chegaram os efetivos das Forças Armadas ou às condições de funcionamento das mesmas, designadamente as decorrentes dos sucessivos e cada vez mais reduzidos orçamentos de funcionamento, quer seja por dotação direta nos Orçamentos do Estado, quer, essencialmente, pelas elevadíssimas e reiteradas percentagens de cativações que lhes são aplicados.

Permito-me recordar a VV. Ex.^{as}, enquadrando desde já aquele que será o nosso posicionamento no âmbito desta audição, que a AOFA se constitui como a única associação socioprofissional de oficiais das Forças Armadas portuguesas e que, através dos nossos estatutos, somos completamente independentes e autónomos, quer face ao poder político, quer face à instituição militar. São características de que nunca abdicaremos e que nos concedem o distanciamento que nos permite o pronunciamento sem quaisquer constrangimentos em relação a todas as matérias, incluindo, naturalmente, a que se constitui objeto do inquérito desta Comissão.

Compreenderão, no entanto, e nem outra coisa, certamente, poderiam esperar de nós, que, sendo oficiais das Forças Armadas, que nos regemos por valores, princípios e ideais muito próprios, alguns dos quais explicitamente plasmados na forma dos juramentos que prestamos a Portugal, determinando muitos deles posicionamentos que não podem nem devem ser confundidos

com manifestações de corporativismo mas, antes, como a expressão profundamente convicta da defesa desses mesmos valores, princípios e ideais.

Termino com duas ou três notas que, para os militares, e particularmente para os oficiais, são absolutamente incontornáveis e que, como tal, quero aqui deixar inequivocamente explícitas.

Num Estado de direito, as Forças Armadas são, e muito bem, subordinadas ao poder político, mas subordinação não pode nem deve nunca ser confundida com submissão, e este é um conceito básico que importa continuar a aprofundar e definitivamente esclarecer perante políticos mas também militares, sob pena de haver a tentação de quem confunda estes conceitos se permitir ultrapassar, ou deixar que sejam ultrapassadas, linhas vermelhas que configuram ingerências inadmissíveis nas competências próprias das Forças Armadas e cujos resultados negativos ficam bem patentes.

Os militares cumprem missões, que são determinadas pelo poder político, ao qual cumpre o dever inalienável de dotar as Forças Armadas de todos os meios humanos e recursos financeiros e logísticos para que essas missões sejam cabalmente cumpridas, o que em Portugal está, como creio que todos reconhecem, muito longe de ser uma realidade.

Ainda que nacional e internacionalmente sejamos considerados os melhores militares do mundo, dos valores e princípios que nos enformam fazem parte integrante a humildade e a modéstia que nos permitem admitir que também falhamos e a consequente responsabilidade para assumir os eventuais erros cometidos e daí retirar as respetivas ilações.

Mas que todas estas características nunca nos impeçam de denunciar responsabilidades exógenas que, em crescendo, vêm determinando que os militares corram riscos cada vez mais desnecessários e intoleráveis no

cumprimento das missões que lhes são determinadas, repito, pelo poder político.

É que, podendo parecer que o somos, não nos arrogamos de ser super-homens nem supermulheres.

Estou agora à disposição para as questões que me quiserem colocar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Tenente-Coronel.

Como referi, iniciar-se-á agora o período de inquirição.

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Bexiga.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em nome do Grupo Parlamentar do PS, dou as boas-vindas ao Sr. Tenente-Coronel e à Associação que representa, que aqui estão no sentido de dar alguns contributos para que esta Comissão possa esclarecer devidamente as responsabilidades ou os factos que são conhecidos pelo furto de Tancos.

Sr. Presidente, as perguntas são todas feitas em conjunto e a resposta é dada no final?

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Então, irei colocar um conjunto de questões para saber até que ponto a organização que representa fez uma reflexão sobre o que aconteceu em Tancos.

Em primeiro lugar, pergunto-lhe se, para além da fonte comunicação social, teve conhecimento dos factos de Tancos por outras fontes de informação, nomeadamente através de associados da sua organização. Se assim foi, que elementos de informação factuais pode dar a esta Comissão sobre aquilo que ocorreu efetivamente em Tancos?

Em segundo lugar, pergunto-lhe se, no seu entender e dos factos de que tem conhecimento, o que aconteceu em Tancos foi um simples acidente, um erro, uma falha, ou, ao contrário, uma ocorrência expectável face à situação geral de vulnerabilidade das nossas instalações militares.

Já ouvimos aqui, como o Sr. Tenente-Coronel sabe, diversos responsáveis pelos diversos níveis de comando que, de alguma forma, se cruzaram com os factos de Tancos e foi comum a esses responsáveis militares falarem nesta trilogia: ameaça/nível de risco/segurança.

Pergunto-lhe também se nesta trilogia de análise do que aconteceu em Tancos, em que a segurança é determinada em função dos níveis de ameaça ou dos níveis de risco, de acordo com as regras militares que conhece, com certeza melhor do que nós, os níveis de segurança que foram definidos para Tancos eram ou não adequados aos níveis de ameaça e aos níveis de risco nos Países Nacionais de Tancos.

Passando para outra matéria, pergunto-lhe quais foram as consequências desta ocorrência em Tancos junto dos oficiais e na moral das nossas Forças Armadas, concretamente do Exército.

Em sequência, pergunto se, face ao que foram depois as medidas assumidas pelos diversos níveis de comando, quer relativamente ao processo de averiguações, quer relativamente às medidas tomadas para evitar que um incidente como este voltasse a ocorrer, quer relativamente às medidas disciplinares que foram assumidas pelos diversos níveis de comando, entende que foram adequadas e que, neste momento, a situação que ocorreu em Tancos já não podia ter lugar, tal como teve em 2017.

Queria também perguntar, num outro nível de factos, relativamente ao aparecimento do material furtado em Tancos, de que factos tem conhecimento relativamente às circunstâncias do aparecimento do material, designadamente quanto ao que foi a posição assumida pelos diversos intervenientes na operação de deteção e recolha do material furtado, que

disseram que a grande preocupação era salvar a face do Exército e, portanto, entenderam que, pelos factos que hoje conhecemos, era preferível criar uma operação de recolha tal como foi montada à opção de, pelos vistos, aceitar um acordo com quem teria furtado as armas e, portanto, eventualmente, não as encontrar e deixar em risco a segurança nacional.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Sr. João Vasconcelos, nos mesmos termos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Tenente-Coronel e a Associação que representa.

Sr. Tenente-Coronel, na altura dos acontecimentos de Tancos houve algumas declarações suas na comunicação social, que passo a referir. Primeiro: «a segurança estava posta em causa na sequência do desinvestimento que vinha a ser feito na defesa». Pergunto se mantém essa afirmação.

Segundo: «o caso de Tancos não é isolado». Pergunto se tem conhecimento de outros casos.

Terceiro: «os problemas das Forças Armadas eram recorrentes, embora não tão mediáticos como os de Tancos» e «Tancos afeta a dignidade dos militares e a instituição no seu todo». Pergunto se também mantém estas afirmações.

Quarto: «situações como estas vão agravar-se e até multiplicar-se». Pergunto se tem alguns dados mais específicos sobre isto.

Criticou também a Diretiva 2020, do anterior Governo. Gostaria que explicasse quais os fundamentos.

Finalmente, o Conselho Nacional da AOFA, na mesma altura, referiu — veio na comunicação social — que, «podendo haver responsabilidades aos mais diversos níveis, incluindo militares, as principais são ao nível

político.» Isto veio do Conselho Nacional da AOFA e gostaria que o Sr. Tenente-Coronel comentasse estas afirmações.

Outras questões mais em pormenor são as seguintes: antes do ocorrido, teve conhecimento da degradação dos sistemas de videovigilância dos paióis de Tancos? É que se chegou aqui à conclusão, por outras audições e pelos documentos que nos chegaram, que aquilo estava obsoleto, irreparável, completamente degradado.

Quais as razões, na opinião do Sr. Tenente-Coronel, para haver diversos relatórios, até relatórios dos próprios comandantes, e normas, ofícios a reportar as lacunas e as deficiências nos sistemas de videovigilância de Tancos e nada ter sido feito pelos responsáveis, quer políticos, quer militares? Porque é que não foram tomadas medidas pela hierarquia relativamente a essa situação? Por desleixo, por incúria, por irresponsabilidade, por falta de recursos financeiros?

Por outro lado, considera normal haver um espaço temporal de 20 horas entre duas rondas aos Paióis Nacionais de Tancos?

Concordou com as exonerações dos comandantes das Unidades militares pelo então Chefe do Estado-Maior do Exército? E sobre as demissões dos Srs. Tenentes Gerais, do Comandante das Forças Terrestres e do Comandante do Pessoal, que, na altura, disse que eram legítimas, considera ainda agora que elas eram legítimas?

Teve conhecimento de um movimento simbólico de entrega das espadas? E qual foi a posição que a AOFA tomou nesse momento, se é que tomou alguma posição?

Relativamente ao descontentamento que grassava face aos acontecimentos de Tancos, esse descontentamento era relativo só aos acontecimentos de Tancos ou também a outros acontecimentos, e quais?

Por outro lado, no roubo do material de guerra de Tancos, acha que terá havido cumplicidade interna? E considera, peço a sua opinião, que houve encenação na recuperação de armas na Chamusca?

Finalmente, teria havido pressões políticas, ou de outra índole, para a exoneração dos comandantes das cinco Unidades militares e também para a demissão do Chefe do Estado-Maior do Exército na altura?

Era só. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do CDS-PP. Dou a palavra ao Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Sr. Tenente-Coronel António Mota e agradecer a sua presença na qualidade de Presidente da Associação de Oficiais das Forças Armadas.

Sr. Tenente-Coronel, gostaria, desde logo, de lhe colocar uma questão que tem a ver com o facto de podermos apreciar qual foi a gravidade que a AOFA atribuiu ao furto dos Paióis Nacionais de Tancos. Que gravidade atribuem a este furto?

Isto vem no seguimento de um esclarecimento que gostaria de lhe pedir e que tem a ver com uma entrevista que o Sr. Tenente-Coronel deu em 6 de julho de 2017 a um órgão de comunicação social, oito dias após o furto aos Paióis Nacionais de Tancos. Nessa entrevista, afirmou, e cito, «que se conseguia apurar responsabilidades a essa gente toda» — referindo-se à cadeia militar — «até ao mais nível». Foi o que o Sr. Tenente-Coronel disse nesta entrevista e pergunto se podia esclarecer o alcance desta sua afirmação.

Noutra declaração também proferida pelo Sr. Tenente-Coronel, a propósito da exoneração dos comandantes das Unidades, dos cinco coronéis,

o senhor dizia que eles, e cito novamente, «se sentiam como se sentem muitos de nós: injustiçados, fortemente injustiçados».

Esta declaração foi produzida na mesma entrevista. Perguntava ao Sr. Tenente-Coronel se mantém esta posição e este entendimento relativamente a esta questão.

Por último, o CDS registou também a crítica que o Sr. Tenente-Coronel António Mota expressou a propósito da insuficiência de meios humanos, referindo-se inclusivamente à situação preocupante que se colocava e coloca em muitas Unidades, estando muitas a funcionar com metade do efetivo que deveriam ter.

Essa crítica foi também expressa pelo Sr. Tenente-Coronel e pergunto-lhe, então, nesta sequência, se se revê ou não na declaração do General Rovisco Duarte, reafirmada ontem aqui, de que, no caso de Tancos, em concreto, «o problema não era de efetivos» — cito o Sr. General Rovisco Duarte.

O Sr. **Presidente**: — É a vez do Grupo Parlamentar o PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, cumprimento o Sr. Tenente-Coronel António Augusto Proença da Costa Mota.

Em relação a algumas das questões que já foram colocadas pelos diversos grupos parlamentares, obviamente que o Grupo Parlamentar do PSD também está interessado nessas respostas, mas gostaríamos de centrar esta nossa abordagem no seguinte: logo a seguir à demissão do Sr. General Rovisco Duarte, a 17 de outubro de 2018, o Sr. Tenente-Coronel terá declarado à rádio TSF que acreditava que, e cito, «Rovisco Duarte terá

ponderado esta demissão não resistindo às pressões políticas que se seguiram à demissão do Ministro da Defesa, Azeredo Lopes».

Gostava que, em primeiro lugar, me explicitasse melhor esta declaração. Em segundo lugar, pergunto se mantém essa visão que expressou em outubro de 2018.

Nessas mesmas declarações à rádio TSF também apontou o exemplo de Carlos César, líder parlamentar do Partido Socialista, que teria dito que, e passo a citar, «apuradas as consequências políticas da demissão do Sr. Ministro da Defesa era preciso que se apurassem as consequências nas Forças Armadas». V. Ex.^a terá interpretado isso como um recado para Rovisco Duarte, de acordo com a mesma notícia.

Alguns meses depois, designadamente no comunicado feito pela Associação de Oficiais das Forças Armadas, subscrito pessoalmente por si, em 19 de julho de 2018, é dito que era necessária uma inequívoca assunção de responsabilidades pela tutela.

Gostaria de saber, primeiro, se entende que essa assunção de responsabilidades foi feita, ou não. Qual é a avaliação que faz sobre a atuação da tutela quer no que diz respeito à assunção de responsabilidades, quer em toda a gestão desta problemática que se seguiu após o roubo de Tancos e o reaparecimento das armas?

Concorda que terá existido, nos momentos e nos dias imediatamente a seguir ao roubo de Tancos, pressão política sobre a chefia militar quer para apresentar resultados rapidamente, quer para que as averiguações que se seguiram ao roubo de Tancos acontecessem do modo como aconteceram. Estou a falar designadamente na demissão dos cinco comandantes, que durou cerca de duas semanas e, logo a seguir, a sua renomeação.

Gostava de saber também, Sr. Tenente-Coronel, a avaliação que a sua Associação faz desta demissão, para evitar qualquer interferência nos

processos de averiguação, e da posterior renomeação, após o resultado dessas mesmas averiguações, quase diria, preliminares.

Conforme perguntou o meu colega do CDS-PP, como classifica as declarações de ontem nesta Comissão de Inquérito do General Rovisco Duarte que disse que a falta de pessoal não justificava nunca a falta de segurança e que o problema do roubo de Tancos, cito, «tinha sido uma questão de comando e de desleixo»? Portanto, gostaria de saber como é que o Sr. Tenente-Coronel comenta estas declarações.

Gostaria também de me debruçar um bocadinho sobre o comunicado que foi feito no dia 19 de julho de 2018 pela Associação de Oficiais das Forças Armadas. Nesse comunicado estão um conjunto de afirmações que nos parecem carecer de algum contexto e é isso que lhe estou a pedir agora.

Designadamente quando se fala na gravidade dos factos, e o comunicado, em diversas alíneas, diz que grave é isto e não propriamente aquilo que classifica como «incidente de Tancos», o que será ainda mais grave é, e cito, «o aproveitamento despudorado e irresponsável da situação de Tancos», aproveitamento esse feito, nomeadamente, por órgãos da comunicação social cujo único objetivo, de acordo com o mesmo comunicado, é vender, não olhando a meios para atingir os fins.

Para terminar, Sr. Presidente, sem querer entrar, obviamente, na discussão, porque não é caso disso, sobre essa situação, não considera que a gravidade intrínseca, em si mesmo considerada, daquilo que se passou em Tancos e do reaparecimento das armas justifica o clamor social que aconteceu e designadamente esta Comissão de Inquérito, que é resultado disso mesmo?

O Sr. **Presidente**: — Para responder ao conjunto de perguntas que foi colocado pelos diversos grupos parlamentares, tem a palavra o Sr. Tenente-Coronel António Mota, solicitando que desse as respostas dentro da soma do

tempo que foi disponibilizado aos grupos parlamentares, 20 minutos, portanto.

O Sr. Ten. Cor. **António Mota**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito obrigado pelas questões.

Este formato, confesso, não será, pelo menos para mim, o mais favorável, porque gosto de responder diretamente a todas as questões e de o fazer com alguma profundidade. Vejo aqui uma mescla de temas que se tocam.

Vou tentar responder, realmente, na globalidade, olhando para os aspetos que me parecem mais importantes. Dividiria aqui as questões, talvez, em três ou quatro capítulos.

Relativamente à gravidade e ao impacto que o furto do material militar teve, a Associação de Oficiais sempre se pronunciou e continua a pronunciar e várias das perguntas que me foram feitas questionam se ainda hoje mantemos as mesmas posições. Reposta a todas elas: eu diria que sim! Sim, mantemos a mesma posição que tínhamos há sensivelmente um ano, ou há mais de um ano, até. Mantemos.

Portanto, os oficiais das Forças Armadas e a sua Associação não desconsideram, de forma alguma, o furto militar de Tancos e não o desvalorizam. Foi grave. Foi muito grave. E, sendo muito grave, dentro dessa gravidade, consideramos que, em primeiro lugar, afeta claramente a dignidade das Forças Armadas e dos militares.

Não se trata de um furto... Todos os furtos são naturalmente relevantes, mas, perdoem-me esta comparação, não se trata de roubar um conjunto de camisas numa loja de pronto-a-vestir, não se trata, sequer, de assaltar um banco e roubar dinheiro. Trata-se de roubar material militar que, desde logo, está à guarda dos, diria, para mim, sem dúvida nenhuma,

melhores e maiores profissionais das armas e da segurança e que, por si só, começa logo por ser estranho que aconteça.

Afetou-nos claramente... Afetou, desde logo, as Forças Armadas e a sua dignidade. Afeta, depois, os homens e as mulheres que nelas prestam serviço designadamente porque não gostamos, nem era algo que imaginássemos, sequer, que pudesse ter acontecido como poderá ter acontecido — ainda resta saber exatamente como aconteceu. Mas não deixa, realmente, de ser grave e de ter para nós implicações complicadas.

Ter implicações complicadas não é só ao nível do profissionalismo que, de alguma forma, naquela circunstância foi colocado em causa por parte dos militares, mas, depois, realmente, do aprofundamento e do aproveitamento e do empolamento que a situação acabou por ter e que gera um segundo nível de gravidade e de responsabilidade que assumimos claramente, nós, militares, todos os militares.

É o pânico, não me ocorre outra palavra, o susto, o temor por parte dos nossos concidadãos que confiavam e confiam amplamente nas suas Forças Armadas e que foram confrontados com uma situação que, para eles, então, se para nós foi incrível, para a generalidade dos nossos concidadãos, as reações foram mais do que evidentes...

Quando os próprios militares deixam assaltar os quartéis, em que mãos é que estamos?! Estamos muito mal no País! Basicamente, a ideia foi esta e, portanto, uma vez mais, também por via da reação dos nossos concidadãos que juramos defender com, se necessário, sacrifício da própria vida, como, aliás, é visível diariamente, isso nos afetou profundamente.

Em resumo, neste ponto, diria que o assalto, não, o furto — felizmente não foi assalto, nem roubo — foi grave por si só, mas também nas repercussões que teve.

Gostaria de aproveitar para responder a mais uma questão que está relacionada com esta e que tem a ver com o aproveitamento e com o exagero,

ou seja, com o aproveitamento despudorado, como referi e como é referido num comunicado da AOFA.

Sim, é que, a partir de determinada altura, quando se começou a obter mais informações sobre o tipo de material e as condições em que ele estaria, já passadas algumas semanas — duas semanas, sensivelmente — de ele ter desaparecido, felizmente, verificou-se que não haveria, à partida, grande problema relativamente ao material que tinha desaparecido, exceto a questão das munições de 9 mm, que podem ser utilizadas, por exemplo, nas *Glock* que desapareceram na PSP (Polícia de Segurança Pública) e que nunca foram encontradas.

A partir do momento em que os órgãos de comunicação social — e foi isso que quisemos dizer — continuaram... Com certeza que valorizamos e até incentivamos a transparência e que todas estas questões sejam conhecidas até ao mais ínfimo pormenor, mas quando se entra... Naquela altura, quanto a nós, houve um exagero que não serviu para mais do que para alimentar algumas posições, até políticas, mas não quero entrar por aí.

Este tema acabou por se tornar numa guerra entre partidos e nós não aceitamos — não vemos isso com bons olhos e, por isso, não quero ir por aí — que temas desta natureza e com esta gravidade, envolvendo as Forças Armadas, que dizemos e defendemos como pilar dos pilares da soberania nacional, sejam utilizados como armas de arremesso partidárias.

Isto foi enquanto não apareceu outro tema qualquer, já não me lembro qual foi, mas foi outro, garantidamente, que a comunicação social pudesse tratar com idêntica profundidade. Foi-se falando de Tancos, de Tancos, de Tancos e, às tantas, já toda a gente se tinha apercebido de que o material até apareceu e que, afinal, não era nada que pudesse, em grande medida, pôr em perigo a segurança nacional... Aliás, os níveis de segurança nunca foram sequer alterados por quem de direito e, que eu saiba, isso nem sequer chegou

a ser ponderado. Portanto, foi isso que quisemos dizer relativamente ao tal aproveitamento despuadorado.

Um segundo aspeto, relacionado com uma série de perguntas que foram feitas, tem a ver com as nossas afirmações relativamente às questões do 2020, do desinvestimento, da falta de pessoal, bom, de todos esses aspetos.

Efetivamente, não colocando minimamente em causa, assumindo, como todos os meus camaradas que aqui vieram até agora — e já foram quase 20 — assumiram, e não fugindo às responsabilidades que, efetivamente, existem da parte de toda a hierarquia militar, do soldado ao general, quer-nos parecer e sempre temos dito... Aliás, na minha declaração inicial refiro essa frase que, para nós, é lapidar: os militares cumprem missões, mas é o poder político que determina as missões a cumprir.

Quando se determinam as missões a cumprir, tem de se proporcionar, e aqui, para nós, não há discussão, a quem se impõe que cumpra as missões os meios necessários e suficientes para que elas sejam cumpridas. Ora, isso, em Portugal, não acontece há décadas, diria eu, e agravou-se fortemente — também não me interessa entrar por aí, porque são opções políticas — por questões que todos conhecemos, no anterior Governo, derivadas ou não da troica ou de opções tomadas de livre e espontânea vontade, as quais se mantêm no atual Governo.

Portanto, diria que, nos últimos 10 anos, as Forças Armadas têm vindo a sofrer uma degradação enorme, quer ao nível de efetivos... Recordo que a Diretiva 2020 aponta... Já na altura não concordávamos com esses números, e não concordávamos porque, em primeiro lugar, nos pareceu, aliás, não nos pareceu, afirmámos claramente que foram determinados numa base meramente economicista e não naquilo que verdadeiramente se pretende para as Forças Armadas portuguesas, depois de se ver o que se pretende para

as Forças Armadas portuguesas, para então, aí sim, definir os efetivos. Não foi assim que aconteceu, claramente.

Mas a Diretiva apontava para um efetivo de cerca de 30 000 a 32 000 homens. Ora, neste momento, a menos de um ano de 2020, temos 25 700, estamos qualquer coisa como 6000 efetivos abaixo.

Os Srs. Deputados sabem perfeitamente disto, os Srs. Deputados sabem que os orçamentos de funcionamento — não estou a falar da Lei de Programação Militar — nas Forças Armadas têm vindo a ser reduzidos de ano para ano. Têm vindo a ser reduzidos, e sabem perfeitamente a que é que me estou a referir.

Pouco importa se, num ano, é 1000 e, no ano a seguir, é anunciado no Orçamento do Estado que é 1100. Ora bem, se formos analisar os textos dos Orçamentos, pois, de 1000 para 1100, há uma subida de 10%. O pior é que, logo três ou quatro meses depois, se está a cativar 20% ou 30% das verbas. Portanto, no final do ano, as verbas efetivas de funcionamento são sempre menores. Nós temos dados, quadros concretos... Isto é irrecusável, não há volta a dar!

Ora bem, quando juntamos a tudo isto o facto de às Forças Armadas terem vindo a ser, nos últimos anos... E bem, dizemos nós, de alguma forma, porque percebemos a necessidade de o País ter os homens e as mulheres que servem nas Forças Armadas, que são fortemente motivados, muito bem preparados, que têm disponibilidade total de horários, que são formados com os valores de disciplina, de coesão, de obediência, se quiserem, a ser utilizados noutras missões de interesse, designadamente missões de interesse público. Como sabem, têm vindo a ser crescentemente cometidas às Forças Armadas essas missões — e bem, digo eu —, de entre as quais posso referir o caso dos incêndios, por exemplo.

Ora bem, quando temos mais missões, missões cada vez mais exigentes, quer a nível nacional, quer também a nível internacional, e quando

vamos tendo cada vez menos pessoal... Estamos a perder cerca de 1000 efetivos ao ano. Não temos ainda os dados finais de 2018, mas os números andam lá outra vez e, infelizmente, este ano de 2019 vai pelo mesmo caminho.

Portanto, estes são problemas muito graves, os Srs. Deputados conhecem-nos perfeitamente, nós também os conhecemos, a Associação de Oficiais, e não só, vem dizendo isto há muitos anos e, depois, faz-nos alguma espécie que, quando acontecem situações como a de Tancos — volto a dizer, lamentável, gravíssima —, se gira... Enfim, aparentemente, toda a gente fica muito espantada. Desculpem-me as palavras, não estou a procurá-las, estou a ser o mais puro e sincero possível, como é habitual.

As pessoas ficam espantadas como é que estas coisas acontecem. Estas coisas acontecem e alguém me perguntou se previsivelmente vão acontecer mais vezes, e nós afirmámos isto: ah, com certeza que vão acontecer mais vezes! Claro que vão acontecer mais vezes. Não tenho dúvida nenhuma disso! Continuem a permitir, aliás, continuemos, enquanto País, a permitir que se reduzam os efetivos militares à velocidade colossal a que estão a reduzir-se, continuem a não fazer os devidos investimentos nos orçamentos de funcionamento das Forças Armadas e, naturalmente, estas situações irão ocorrer de novo.

Só não irão ocorrer, Srs. Deputados, das duas uma: se o poder político, seja ele qual for e em qualquer momento, revir aquilo que efetivamente pretende das Forças Armadas e finalmente as dotar das condições, de meios humanos, recursos financeiros e logísticos e efetivos para o cumprimento dessas missões ou quando o poder político chegar à conclusão de que as missões que hoje desempenhamos, com o elevado risco e responsabilidade que têm — penso que não vale a pena estar dizer isso, porque toda a gente tem essa noção —, são despropositadas para os meios de que hoje dispomos.

Enfim, somos um País que ainda não tem os meios necessários e suficientes para tudo, sabemos disso, mas, então, há que o assumir, porque a teoria...

Está aqui uma Sr.^a Deputada por quem tenho uma grande consideração, como sabe, mas a teoria do anterior Ministro da Defesa, Dr. Aguiar Branco, de que é sempre possível fazer mais com menos... Bom, nunca foi verdadeira, ou melhor, se alguma vez foi verdadeira, já não foi no tempo do Dr. Aguiar Branco, porque já naquela altura as Forças Armadas não tinham os meios necessários e suficientes para cumprir as missões que lhes estavam imputadas, e muito bem, pelo poder político. Volto a dizer, nós estamos subordinados ao poder político, e muito bem.

Portanto, toda a gente sabe isto. Gostaria só, realmente, de deixar esta nota, porque, às vezes, temos de dar justificações... Parece que aconteceu uma coisa... Enfim, é grave, obviamente que é grave, mas é quase inevitável isto acontecer. Ando pelo País, como os Srs. Deputados sabem, a correr todas as Unidades militares, da Marinha, do Exército e da Força Aérea, falo com os comandantes todos e nas Unidades, no terreno, que é o que nos interessa, os comandantes queixam-se de falta de efetivos, de não conseguirem manter as suas Unidades minimamente em condições, porque, depois, o pouco que ainda há é totalmente canalizado para as missões de âmbito operacional. Diria que é aí que os próprios militares ainda apostam para manter alguma dignidade, porque, a partir do momento em que já nem as missões de âmbito operacional conseguirmos cumprir... Bom, então, não sei!

A terceira hipótese é os chefes militares ou quem tem essa responsabilidade — penso que isso nunca aconteceu, mas, se calhar, vai ter de começar a acontecer e já devia ter acontecido, provavelmente — dizerem claramente a quem lhes determina as missões que não é possível. Dizer que não! Não! «Os senhores, agora, vão ter de combater os incêndios.» «Não, não vou!» «Ah, mas eu estou a dizer-lhe para...» «Pois, mas eu estou a dizer-lhe que não!» Enfim, quando as coisas se colocarem nestes termos,

eventualmente, vai ter de se perceber muito bem o que é que está a acontecer e, se calhar, deixar de estranhar estas situações que estão a acontecer. Portanto, isto não é... Enfim!

Relativamente às pressões... Sim, eu afirmei e nós, Associação de Oficiais, afirmámos, naquela altura, que estávamos plenamente convencidos de que estaria a haver fortes pressões políticas sobre o Exército, concretamente sobre o Chefe do Estado-Maior do Exército, relativamente a esta questão de Tancos, como noutras anteriores. Ontem, o Sr. General, aqui — por questões profissionais, acabei por estar a ver a audiência em diferido, até cerca das 5 horas da manhã —, recusou perentoriamente as pressões políticas... Vamos ver, pelo menos as negativas, porque pode haver pressões positivas.

Especifico o que estou a dizer: obviamente, quando há uma ingerência, por exemplo, de um ministro perante um chefe militar que lhe diz que deve demitir... «O senhor tem de demitir o Diretor do Colégio Militar», como disse aqui o General Jerónimo.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não disse! Disse que era o Subdiretor!

O Sr. Ten. Cor. **António Mota**: — O Subdiretor do Colégio Militar, sim. Exatamente, o Subdiretor do Colégio Militar. Ora bem, essa é uma pressão que consideramos negativa, intolerável e que, portanto, não deve acontecer.

Naturalmente, havendo, por parte do Ministério da Defesa, como órgão subordinante às Forças Armadas, uma pressão do género: «Nós temos de saber rapidamente o que é que aconteceu em Tancos. Temos de fazer tudo e mais alguma coisa para apurar o que aconteceu em Tancos»... Bom, naturalmente, entendo que essa é uma pressão... Aliás, até acho lógico que

isso possa ser feito. Aparentemente, foi essa que o General Rovisco Duarte ontem confirmou.

Não tenho, obviamente, elementos concretos que me permitam afirmar, para além da consideração muito grande que tenho pelo General Rovisco Duarte — e, já agora, entre parênteses, também a tenho pelo General Menezes, pelo General Calçada, pelo General Serafino, enfim, tenho por todos eles —, nada me leva, então, a admitir que possa ter havido pressão negativa sobre o Sr. General Rovisco Duarte nesta situação, muito menos, e agora entro ainda num outro capítulo, na questão da exoneração e, mais tarde, da renomeação dos comandantes.

Relativamente a esse episódio, e digo «episódio» no bom sentido da palavra, reitero o que sempre dissemos: em termos de decisão, a decisão é absolutamente legal e legítima. É uma decisão que cabe ao Chefe do Estado-Maior do Exército. Na altura coube-lhe a ele e terá ponderado todos os elementos que tinham, terá ouvido quem considerou que valeria a pena ouvir e depois tomou a decisão, que é uma decisão absolutamente legal e legítima.

Coisa diferente é concordarmos ou não com ele, mas não vou pronunciar-me, como devem calcular, se concordamos ou não com aquela posição em concreto ou com outra decisão qualquer de um Chefe de Estado-Maior porque, enfim, está-nos no ADN: se é uma decisão do chefe só a ele respeita e ele assumirá a responsabilidade e as suas consequências.

Relativamente aos cinco comandantes, na altura, nós, sabendo as razões que foram apontadas pelo Sr. General Rovisco Duarte — e ontem ele apontou aqui mais algumas —, de, basicamente, considerar que seria a melhor forma de não perturbar as investigações, nós, relativamente aos cinco comandantes exonerados, a título de Associação de Oficiais expressámo-lhes toda a nossa solidariedade porque entendemos que, independentemente das razões, nada lhes tinha sido diretamente imputado para que eles

pudessem ser exonerados. Foram-no e, volto a dizer, não questionamos a decisão, que é legal e legítima.

Absolutamente nada lhes foi imputado, o que lhe terá sido dito foi que iriam ser afastados da função de comando — mas nem sequer que iriam mais tarde ser renomeados —, precisamente para não dificultarem as investigações. Ora isso, do ponto de vista pessoal, de cada um deles, significou uma desconfiança e isso foi-nos dito, em vários casos: «Alguma vez eu iria perturbar uma investigação?! Afastam-me para que eu não perturbe uma investigação?!».

Compreendemos perfeitamente a situação em que ficaram os nossos camaradas e expressámos-lhes toda a nossa solidariedade, o que faríamos hoje novamente, e que, aliás, temos feito em relação a outras situações, como no caso dos Comandos. Mas essa é outra, são outros «quinhentos», como se costuma dizer.

Foram renomeados cerca de 15 dias depois e toda a gente achou muito estranho. Nós também achámos estranho, não estávamos à espera, não sabíamos que tal ia acontecer. Ontem, felizmente, o General Rovisco Duarte deu aqui uma explicação que, para nós, que nos preocupamos com as pessoas, nos agradou: foram renomeados porque nada se provou, não se provou sequer que houvesse motivos para lhes levantar, a nenhum deles, qualquer processo disciplinar.

Portanto, não havendo nada por parte do Exército suscetível de lhes levantar qualquer processo disciplinar não havia razão para os manter afastados das funções de comando.

Por outro lado, por essa altura já teriam decorrido as grandes investigações por parte da Polícia Judiciária Militar (PJM) e da Polícia Judiciária (PJ), penso eu, e, portanto, não havia razão nenhuma para os manter afastados e ainda bem que foram renomeados e que dois deles já estão nomeados para o Curso de Oficiais Generais.

E aproveito para dizer que ainda mal que algumas pessoas, por ignorância, má-fé, ou seja o que for, alguns infelizes — e têm voz na comunicação social! — vieram dizer que era inadmissível que dois dos comandantes que tinham sido exonerados, no caso dos Comandos, tivessem agora sido nomeados para o Curso de Generais. Bom, isto é baixo demais e nem sequer quero pronunciar-me mais sobre isto. Ainda bem que foram os dois e espero que vão os cinco, rapidamente.

Em relação a todas estas questões, quer do furto, quer do posterior aparecimento do material, posso dizer-vos, perentoriamente, que não tivemos conhecimento prévio de coisa nenhuma: nem que o material iria aparecer, nem que iria desaparecer. Naturalmente que dado o meio em que nos movimentamos — somos todos oficiais, como sabe, a grande maioria no ativo —, na Associação de Oficiais e durante algumas semanas foi a nossa conversa diária. Muitos dos camaradas, alguns até colocados nas próprias Unidades, iam-nos dando informação, mas era o seu parecer pessoal e não mais do que isso.

Mas quanto ao furto propriamente dito ou quanto ao reaparecimento do material e às condições em que ele reapareceu, não, não sabíamos rigorosamente nada. Estranhámos a forma como apareceu, mas ficámos naturalmente satisfeitos, com a esperança de que a partir dali aquela nuvem muito negra que pairava e que, de alguma forma, ainda está bem cinzenta, sobre as Forças Armadas e, em particular e infelizmente, sobre o Exército, se fosse desanuviando.

Ainda demorou muito tempo a desanuviar e o nosso receio é que, enfim, possa sobrar alguma coisa para o Exército que aí vem, quando a nossa real preocupação é a de continuar a fazer sempre mais e melhor, dignificar Portugal. Gostamos de fazer jus a quem, nacional e internacionalmente, nos considera os melhores militares do mundo, embora nós gostemos de acrescentar sempre um «d» antes: somos *dos* melhores militares do mundo!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Tenente-Coronel António Mota, quero, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e as Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar Ocorrido em Tancos, agradecer a sua presença e, através dela, a presença da Associação dos Oficiais das Forças Armadas, reconhecendo o meritório papel que inequivocamente tem.

Quero pedir-lhe desculpa pelos constrangimentos temporais, mas, de facto, estas audições hoje têm um figurino diverso, e, aliás, estamos ligeiramente atrasados para a segunda audição.

Portanto, e agradecendo, uma vez mais, a sua presença, vamos fazer uma pausa de 5 minutos, apenas para poder pedir a presença do próximo depoente.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos agora proceder à audição da Associação Nacional de Sargentos, pela voz do seu Presidente, Sargento Mário Ramos, a quem quero cumprimentar e agradecer a disponibilidade.

Como tive oportunidade de referir, diferentemente do que vem sucedendo, hoje é já a segunda audição, a que se sucederá uma terceira. Portanto, é um figurino diferente do que tem vindo a ser feito. Já inteirei o Sr. Sargento Mário Ramos de que haverá uma ronda de 5 minutos, após a qual o Sr. Sargento terá a amabilidade de responder às perguntas que lhe forem colocadas pelas Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Nos termos acordados, a inquirição iniciar-se-á pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, pelo Sr. Deputado João Vasconcelos, a quem também cumprimento, e que disporá de 5 minutos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero cumprimentar o Sr. Sargento Mário Ramos, Presidente da Associação Nacional de Sargentos. É um prazer tê-lo aqui nesta Comissão.

Sr. Presidente da Associação Nacional de Sargentos, na altura dos acontecimentos de Tancos, o Sr. Sargento apontou o dedo às opções políticas dos sucessivos Governos e disse, mais ou menos, que esses acontecimentos teriam acontecido porque «as Forças Armadas estavam praticamente exauridas de bens materiais e humanos» e que isso «tinha começado em 2005» — portanto, no Governo de José Sócrates —, «que se aprofundou durante o Governo PSD/CDS, mas que o atual Governo não saía ileso». Lamentou também que o Primeiro-Ministro atual não tivesse repostado ainda o que foi cortado às Forças Armadas.

Gostaria que especificasse um pouco melhor estas afirmações que fez na devida altura.

Queria também perguntar-lhe se, antes dos acontecimentos de Tancos, teve conhecimento da degradação em que se encontravam os Paióis, nomeadamente o sistema de videovigilância, sensores, desmatação que não estava feita, etc., etc.. Por que razão não foram tomadas medidas pela hierarquia militar e até pela tutela política, considerando que os Paióis Nacionais de Tancos representavam uma elevada sensibilidade militar. Será que foi por falta de recursos humanos, financeiros, desleixo, incúria?

Por exemplo, o Sr. General Rovisco Duarte, logo na altura e também ontem aqui o confirmou, disse que se deveu ao desleixo, à falta de supervisão e que as responsabilidades só podiam ser assacadas ao Comando. Concorda com estas afirmações?

Por outro lado, Sr. Sargento, tivemos conhecimento e tivemos acesso a vários relatórios dos comandantes, a normas, ofícios das forças terrestres, etc., onde se apontavam várias deficiências e lacunas aos Paióis Nacionais

de Tancos. De facto, elas lá estão, foi reportado, mas nunca ninguém fez nada.

Não acha estranho que ninguém tenha ligado à situação tendo sido feito o diagnóstico durante vários anos, desde 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, inclusivamente? Isso está lá, nos relatórios, mas, curiosamente, nada foi feito. Na sua opinião, por que razão isso terá acontecido?

Além disso, considera normal que haja um espaço temporal de 20 horas entre as duas rondas, como temos conhecimento de que isso terá acontecido nos Países Nacionais de Tancos?

Concordou com a exoneração dos cinco comandantes militares levadas a cabo pelo anterior Chefe do Estado-Maior do Exército, o Sr. General Rovisco Duarte, e também com as demissões dos Srs. Tenentes-Generais, o Comandante das Forças Terrestres e o Comandante do Pessoal do Exército? Achou-as legítimas ou acha que não deveriam ter existido?

Outra questão: teve conhecimento de descontentamento, isto é, de manifestações de apoio no seio do Exército, no seio das Forças Armadas, quando aconteceram, por exemplo, as exonerações e as demissões dos comandantes? Teve conhecimento se houve manifestações de apoio ou de descontentamento?

Teve também conhecimento de um movimento, que não chegou a ir para a frente, foi desmarcado, sobre a entrega simbólica das espadas? A sua Associação alguma vez chegou a emitir opinião sobre esse acontecimento? Qual a sua opinião sobre esse mesmo movimento?

O descontentamento que existia, relativamente a Tancos, devia-se também a outros acontecimentos? Por exemplo, ouvimos aqui falar dos Comandos, do Colégio Militar, da retirada do contingente no Kosovo. Houve um conjunto de acontecimentos que levaram a esse descontentamento ou devia-se apenas ao acontecido em Tancos?

Por outro lado — esta é a última questão que lhe coloco —, acha que terá havido encenação no caso do reaparecimento das armas na Chamusca?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado João Vasconcelos. Segue-se o Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco, nos mesmos termos.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero cumprimentar, em primeiro lugar, o Sr. Sargento Mário Ramos, agradecer-lhe a sua presença na qualidade de Presidente da Associação Nacional de Sargentos e queria apenas levantar duas ou três questões.

Gostaria de o ouvir sobre como é que a Associação Nacional de Sargentos entendeu a gravidade relativa ao furto dos Paióis Nacionais de Tancos e qual a apreciação que fez dessa gravidade.

Perguntava-lhe também se considera adequado que a assunção de responsabilidades tenha sido apurada e aplicada ao nível de um cabo, um soldado, um sargento e um oficial, tendo ficado de fora o comandante do Regimento.

Por outro lado, também gostaria de lhe pedir algum esclarecimento relativamente a umas afirmações que o Sr. Sargento Mário Ramos fez na sequência da demissão do ex-Chefe do Estado-Maior do Exército, General Rovisco Duarte, em que dizia, e cito, «que o caso de Tancos é seguramente um caso isolado», ressaltando também que a questão, e volto a citá-lo, «não pode ficar por aqui com as demissões dos últimos dias».

Pedia ao Sr. Sargento Mário Ramos para esclarecer com maior detalhe esta sua declaração relativamente a este assunto.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, nos mesmos termos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Presidente da Associação Nacional de Sargentos, Sargento Mário Ramos, queria, em primeiro lugar, cumprimentá-lo.

Sendo os Deputados que questionam o depoente acerca do objeto do inquérito, punha a questão em aberto. Ou seja, é uma evidência que não é assacável às associações de militares, designadamente à Associação Nacional de Sargentos que está aqui a ser ouvida, a responsabilidade pelo furto de material militar em Tancos, nem tão-pouco pelas condições que terão propiciado essa possibilidade.

No entanto, a Associação, que é representativa de militares, sendo por isso que foi chamada a depor nesta Comissão, poderá ter feito uma apreciação acerca do ocorrido e do que é que o tornou possível e, para além disso, de que medidas poderiam ou deveriam ter sido tomadas antes, para evitar que o que aconteceu tivesse acontecido, e depois disso, para evitar que situações como estas se repitam.

Certamente que a Associação terá essa apreciação, portanto convidoo a transmitir-nos aqui a reflexão que a Associação Nacional de Sargentos fez acerca do que ocorreu e de todas as circunstâncias que rodearam este acontecimento que, de facto, foi muito lesivo da imagem das Forças Armadas portuguesas perante a opinião pública.

Deixaria, então, esta questão em aberto para que o Sr. Sargento Mário Ramos nos transmita a opinião que tem acerca da questão que constitui o objeto desta Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente**: — É a vez do Grupo Parlamentar do PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado José de Matos Rosa.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar, em nome do PSD, a Associação Nacional de Sargentos e todos os homens e mulheres sargentos que prestam serviço nos vários ramos das Forças Armadas, na pessoa do seu presidente, Sargento Mário Ramos. Temos uma grande estima e consideração por todos e reconhecemos o trabalho que têm feito e como têm prestigiado as Forças Armadas e também Portugal nos vários teatros em que estão presentes.

Vou deixar-lhe várias questões e a primeira era se a Associação tinha conhecimento do estado dos Paióis Nacionais de Tancos. Alguma vez a Associação teve conhecimento de alguma queixa ou algum militar lhe apresentou alguma queixa sobre o estado desses paióis ao longo destes tempos ou sobre as condições em que os militares, e os próprios sargentos, também exerciam ali as missões de segurança nestes e noutros paióis, mas essencialmente nos Paióis Nacionais de Tancos?

Pedia-lhe também um comentário: como avalia a Associação o ocorrido em Tancos? De que modo é que este episódio afetou o Exército e também os próprios sargentos do Exército?

Na opinião da Associação e do Sr. Sargento Mário Ramos, o que acha que terá levado à ocorrência deste furto?

A Associação acha que os coronéis, comandantes das Unidades, deviam ter sido exonerados e de forma temporária? Até porque foi aqui reconhecido que lhes foi dito logo que era temporário, que era só uma forma de, no fundo, resolver um problema mediático.

Seriam eles mesmo, na opinião da Associação, um entrave às investigações? Acha normal que tenham sido apenas instaurados processos disciplinares a um sargento e a um cabo? Não acha que as chefias ficaram de

fora de qualquer responsabilidade? Não teriam de ser elas também a responder pelo que aconteceu em Tancos? Ou não teriam de ser mais elas a responder do que os próprios sargentos, cabos e soldados?

A Associação acompanhou o sargento no processo disciplinar? Deu-lhe apoio? Gostava também de saber o que se passou.

Acredita que pode ter havido, ou não, aqui pressões políticas sobre a chefia militar para serem apresentados resultados rapidamente? Foi por isso que houve estes processos disciplinares, estas exonerações temporárias, toda esta má prática em relação a todo este processo do roubo de Tancos?

Concorda —, no fundo, isto está implícito na questão que lhe coloquei — que esta gestão política e militar pós assalto e aparecimento do material militar foi completamente desastrosa por parte das chefias militares?

Por último, queria ainda deixar-lhe uma questão, e já são muitas para o tempo que temos: acha que a situação se deveu apenas à degradação das infraestruturas e à falta de pessoal?

Ontem o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Rovisco Duarte, disse que a falta de pessoal não justificava, de forma nenhuma, a falta de segurança e que tinha sido uma questão de comando e de desleixo. Como comenta esta afirmação e a afirmação que fez de que se ia descansar para os Paióis Nacionais de Tancos, em que se faziam alguns piqueniques, havendo, portanto, algum desleixo na atuação dos militares?

Agradeço-lhe desde já as respostas e cumprimento, mais uma vez, a Associação e todos os sargentos.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete João, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos mesmos termos.

A Sr.^a **Odete João** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Presidente da Associação Nacional de Sargentos, o Sr. Sargento Mário Ramos, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tendo em conta os objetivos que são definidos pela Associação, gostaria de começar por lhe perguntar se, relativamente à questão do furto de Tancos — e penso que não vale a pena perguntar da gravidade, todos entendemos que este furto abalou profundamente o Exército e foi particularmente grave —, a Associação fez alguma reflexão sobre esta matéria, uma vez que é expectável que alguns dos associados estejam inseridos nas Unidades que faziam a segurança aos Paióis Nacionais de Tancos.

Já fizemos nesta Comissão cerca de duas dezenas de audições. As leituras sobre os factos ocorridos quanto às causas e às consequências variam, mas há traços comuns em muitas destas audições.

Como sabe, a vigilância dos paióis era feita rotativamente por cinco Unidades, uma em cada mês. Foi-nos dito aqui que não havia uma coordenação transversal entre essas várias Unidades. Esta partilha de segurança dos paióis foi, por várias vezes, apontada, como um *handicap* no princípio da unidade de comando, diluindo responsabilidades das várias forças empenhadas na segurança dos Paióis Nacionais de Tancos. Gostava de ouvir a opinião do Sr. Sargento Mário Ramos, tendo em conta que os sargentos, nas suas funções, têm função de comando, de chefia técnica e uma natureza iminentemente executiva. Partilha desta opinião de diluição de responsabilidades por haver uma rotatividade entre Unidades que faziam a segurança?

Em termos gerais, podemos dizer que alguns comandantes apontavam dificuldades no cumprimento das missões devido à falta de efetivos. Isso já aqui foi referido. Sabemos que o pessoal a empenhar nas rondas era constituído por um sargento, um cabo e seis soldados. A pergunta que faço

é se a Associação considera adequado este número de efetivos envolvidos na segurança dos paióis de Tancos que estão inscritos numa área particularmente grande.

A par desta situação, foram referidas falhas de segurança quer na vedação, quer na vegetação que impedia a visibilidade, quer nos meios de comunicação. Também nos foi dito de forma reiterada que estas situações eram comunicadas superiormente sem que houvesse uma resposta imediata.

Por outro lado, o Sr. Ex-Chefe do Estado-Maior do Exército referiu que muitas destas deficiências dos meios eletrónicos, da iluminação periférica, dos problemas na vedação poderiam ter sido mitigados com os recursos existentes e que não foram, muitas vezes, por força de, desculpe-me a expressão, algum «deixa andar» de todo este processo. Ou seja, poderia ter sido reparada a vedação, a desmatação poderia ter sido feita, inclusive, pelo Regimento de Engenharia.

Considera o Sr. Sargento que, de facto, havia uma parte deste processo que poderia ter sido resolvida por quem fazia as missões de segurança aos Paióis Nacionais de Tancos?

Como sabemos, foram instaurados processos de averiguação e, na sequência, processos disciplinares, como já foi aqui dito, a um cabo, a um sargento e a um oficial. Dos documentos que nos foram entregues, cito, «o sargento, enquanto comandante da guarda de polícias aos Paióis Nacionais de Tancos, não constituiu qualquer patrulha, nem ordenou a execução de qualquer ronda conforme diretivas existentes».

Para terminar, perante este incumprimento das normas de execução, perante o facto de termos aqui relatos de que durante 20 horas não foram feitas rondas, a pergunta que faço é se considera que esta imagem de degradação decorre da desmotivação dos militares, da inação ou mesmo do não cumprimento de normas de execução, por não ser percecionada a prioridade na segurança do material militar. Por aqui me fico, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Concluída a ronda de perguntas, tem a palavra o Sr. Sargento Mário Ramos, para responder, dispondo, para tal, do tempo equivalente à soma do tempo usado por todos os Srs. Deputados, ou seja, de cerca de 20 minutos.

O Sr. Sarg. **Mário Ramos** (Presidente da Associação Nacional de Sargentos): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, boa tarde. Aproveito para dar conta de que, provavelmente, este será o meu último ato institucional enquanto Presidente da Associação Nacional de Sargentos.

Foi dirigido um ofício convite a todos os grupos parlamentares, para a cerimónia de tomada de posse dos novos órgãos eleitos a ter lugar no próximo sábado, logo, provavelmente, este será mesmo o meu último ato oficial, sendo substituído nas funções de presidente da Associação pelo meu camarada Sargento-Mor António Lima Coelho para o próximo biênio.

Efetivamente, existe aqui todo um conjunto de perguntas, algumas das quais se complementam entre si e que se repetem. Sobre este assunto, em 2017, quando ocorreu o furto, os presidentes das associações passaram muitas horas, incluindo eu, em entrevistas na comunicação social e houve sempre um ponto que nos abstivemos de comentar, que foi o seguinte: tudo o que é matéria operacional não cabe dentro das competências das associações socioprofissionais, está vedado, digamos assim, e não faz sentido que o comentemos. Mas há aqui, efetivamente, muita matéria que podemos e devemos comentar e para a qual devemos chamar a atenção devida.

De acordo com as declarações que fiz, e começando a responder a algumas das perguntas que foram feitas, na nossa perspetiva, o que aconteceu em Tancos não poderia ter acontecido. Não é «não deveria», mas não poderia ter acontecido. Foi um caso extremamente grave que manchou, seguramente,

a imagem do Exército e das Forças Armadas portuguesas e que foi, também, conduzido, nas fases iniciais, de uma forma pouco profissional e pouco própria para o que estava em causa.

Toda a pressão mediática que foi colocada sobre o processo levou a que fossem produzidas algumas declarações, sobre as quais não me pronuncio, que não deveriam ter sido feitas.

De qualquer das formas, a degradação dos paióis era conhecida das chefias militares e do pessoal que lá desempenhava funções. Nós não tínhamos conhecimento direto, digamos assim, do que estava em causa nos paióis de Tancos, nem teríamos de ter, uma vez que o nosso contacto é estritamente com os associados, relativamente às suas condições socioprofissionais e é sobre essas matérias que eles nos comunicam a sua insatisfação.

O que é facto é que se chegou ao ponto a que se chegou em Tancos devido a um desinvestimento continuado, ao longo de mais de duas décadas, nas Forças Armadas. Esse desinvestimento não somos nós que o afirmamos, está amplamente documentado. Tenho, por exemplo, um documento publicado na *Revista Militar*, em 2009, da autoria do Sr. General Augusto Espírito Santo, onde se dizia, já nesta altura, que as Forças Armadas estavam a ficar sem pessoal e que a redução de efetivos que vinha a ser produzida era muito preocupante.

De 1993 a 1998, de acordo com as palavras do Sr. General, as Forças Armadas tinham efetivos a atingir o número de 61 000 homens e mulheres; hoje estamos, claramente, abaixo do que está estimado, que seriam 32 000. Estamos muito abaixo disso! Ora, sem efetivos e sem meios humanos não é possível continuar a cumprir um cada vez maior número de missões que vão sendo cometidas às Forças Armadas para satisfação dos compromissos políticos que vão sendo assumidos, quer nacional quer internacionalmente.

A par disso, também, o desinvestimento financeiro que tem vindo a ser feito nas Forças Armadas resulta, depois, nestas situações em que não há meios para, digamos assim, socorrer todas as necessidades.

Continuando o rol de perguntas que aqui foi elencado e quanto à razão pela qual as chefias militares não tomaram posição sobre estas questões, essa é uma matéria que, como disse, é do âmbito operacional e só os chefes militares podem responder a essas questões. Nós não temos qualquer tipo de veleidade de nos introduzirmos na arte difícil de comandar, não é para isso que existimos. Portanto, essas questões têm de ser colocadas aos chefes militares.

As deficiências e as lacunas que existiam nos paióis e a razão pela qual ninguém fez nada... Não temos a mínima noção porque é que ninguém fez nada. Não consideramos minimamente normal que haja, numa área sensível como aquela, um longo período sem serem efetuadas rondas. Desconhecemos, em absoluto, porque é que não foram efetuadas ou de que forma foram efetuadas. Portanto, deveria haver normas de execução permanente internas que definiam o que deveria ser feito e em que momento.

Sobre a exoneração dos chefes militares e as demissões seguintes dos Srs. Generais, essas são questões que nos abstermos de comentar e só dizem respeito aos próprios. Disse, na altura, e reitero, quando fui confrontado pela comunicação social sobre a exoneração dos cinco comandantes e me perguntaram se concordava ou não, que essa era uma decisão que cabia, única e exclusivamente, ao Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército. Estava dentro das competências dele e se achou que o deveria fazer, é porque entendeu que seria a melhor opção. Sobre este assunto, não faço qualquer outro comentário.

Não tivemos conhecimento, que nos chegasse diretamente, de qualquer manifestação de apoio à exoneração ou demissão dos Srs. Generais,

à exceção do que apareceu nas redes sociais e que é público ou que foi comentado na imprensa.

Tivemos conhecimento, efetivamente, daquele movimento para entrega das espadas; não tivemos rigorosamente nada a ver com o assunto. Em nenhum momento produzimos qualquer declaração sobre o assunto, porque achámos que não deveríamos fazê-lo e porque não nos identificávamos com a forma como estava a ser conduzido. Portanto, não emitimos qualquer opinião sobre esse assunto.

Não cremos que o que aconteceu em Tancos tivesse por fundo um desleixo propositado dos meios envolvidos para manifestar o seu descontentamento, pois há outras formas de o fazer. Nós sempre pugnámos por fazê-lo sem colocar em causa a missão que tem de continuar a ser cumprida, sempre arranjámos formas de demonstrar o descontentamento, quando é necessário fazê-lo, sem colocar em causa as missões e nunca seria por nosso intermédio que se deixaria de cumprir qualquer tipo de missão apenas para demonstrar que estávamos descontentes com alguma situação.

Continuando, ainda, com as perguntas feitas, como já disse, respondendo ao Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do CDS-PP, entendemos este furto como um ato da maior gravidade que nunca deveria ter acontecido. Esperamos que a investigação decorra até às últimas consequências, que se apure exatamente tudo o que aconteceu, a razão pela qual aconteceu, quem foram os envolvidos, a quem têm de ser acometidas responsabilidades.

Não concordamos, em absoluto, respondendo às várias perguntas que foram feitas nesse sentido, que tenham sido usados como elementos para aliviar a pressão momentânea apenas um oficial, um sargento e um cabo que tiveram a infelicidade de estar de serviço na data em que foi noticiado o furto, não se sabendo sequer se o furto ocorreu naquela data.

Portanto, se eles foram conduzidos a processos disciplinares é porque, à luz do regulamento de disciplina militar, havia matéria para instaurar esses processos, mas isso terão de ser as chefias militares a justificar. Agora, não concordamos, em absoluto, que sejam estes três camaradas, perdoem a expressão, os «bodes expiatórios» utilizados nesta situação tão grave.

A reflexão que nos merece todo este assunto volta a fazer-me regressar um pouco atrás e dizer que este assunto não teria acontecido se, ao longo destes últimos anos, não tivesse havido todo o desinvestimento que houve nas Forças Armadas.

É preciso referir que as Forças Armadas foram a instituição, em Portugal, durante estes últimos 20 anos, pelo menos, que mais se adequou às sucessivas alterações que foram acontecendo na sociedade portuguesa, através da redução de efetivos, através de cortes orçamentais profundos, através de alterações estatutárias às condições de trabalho dos seus elementos e, enfim, em muitas outras situações.

Temos sido, as Forças Armadas, os homens e as mulheres que as compõem, de alguma forma, por vezes, laboratórios experimentais para determinadas situações e para determinadas soluções que, depois, mais tarde, se demonstram inadequadas.

Tudo isto tem feito com que, hoje, exista — é público, não somos nós que o dizemos — um elevado nível de degradação dos equipamentos, um elevado nível de dificuldade de renovação dos meios materiais, as condições de trabalho são cada vez mais difíceis e, em termos de efetivos, o reduzido número e a dificuldade de retenção e de obtenção de novos efetivos, que é cada vez mais acentuada, traduz-se num claro reforço da necessidade dos que cá estão de trabalharem cada vez mais. A nossa permanente disponibilidade para o serviço obriga-nos a estar permanentemente disponíveis, mas existem limites.

Tive oportunidade de dizer, em novembro, na audiência com o atual Sr. Ministro da Defesa Nacional, sobre a questão do regulamento de incentivos atualmente em vigor, que era muito difícil atrair jovens para as Forças Armadas com as condições oferecidas. Não podemos querer ter umas Forças Armadas profissionalizadas e, depois, dizer aos jovens: «Vem para as Forças Armadas, entras como soldado, pagamos-te pouco mais de 600 €» — agora são 635,07 € — «de remuneração base e, para compensar uma permanente disponibilidade para o serviço, de 24 horas por dia, sete dias por semana, 365 dias por ano e o facto de estares a 200 ou 300 km deslocado de casa e de estares em 32 escalas de serviço ao mesmo tempo, damos-te 170 € de suplemento de condição militar».

Não é assim que se atraem os jovens e é por isso que estamos a verificar que os que cá estão estão a pagar quantias avultadas para interromperem os contratos. Mesmo elementos já dos quadros permanentes estão a pagar quantias avultadas para abandonarem os quadros. Isto é um reflexo de tudo o que levou a Tancos. Não é possível termos umas Forças Armadas se não tivermos os meios adequados para as missões que lhe estão cometidas.

Não tínhamos conhecimento do estado em que estavam as condições de segurança dos paióis, nem tínhamos de ter, a menos que alguém nos tivesse feito chegar uma denúncia direta, o que não foi o caso. Nunca tivemos nenhuma queixa direta sobre esse assunto. O camarada sargento punido e alvo de um processo disciplinar foi contactado pela Associação Nacional de Sargentos para saber se necessitava de algum tipo de apoio. Ele próprio declinou esse apoio, não quis apoio da nossa parte. Portanto, o processo foi conduzido autonomamente pelo camarada.

Na continuação das perguntas sobre o que levou à ocorrência do furto, se houve um furto é porque houve alguém interessado em furtar alguma coisa que lá estava. O que levou à ocorrência? Um conjunto de fatores motivados

pela baixa qualidade dos materiais que deveriam estar operacionais para efetuar a vigilância e que não estavam. Viemos a saber, depois, que existia um sistema de videovigilância obsoleto, que já não funcionava há vários anos e que já havia vastos relatórios, ao longo do tempo, sobre esse assunto, mas que nada foi feito. Isso é um assunto que terá de ser questionado às chefias militares: a razão pela qual não resolveram esses assuntos, a razão pela qual não deram eco desses assuntos à tutela.

No fundo, tudo isto tem a ver com uma questão que se vem adensando há muitos anos a esta parte. Desde que os chefes militares passaram a ser nomeados pelo poder político, pelos governos que estão em exercício, em cada momento, houve uma descaracterização de alguns dos valores militares que deveriam ser dos mais fortes, a começar pelo dever de tutela. Isto porque as chefias militares passaram a ficar um pouco reféns, usando outras palavras, passaram a ter de assumir uma lealdade institucional para com a tutela, o que não lhes permite garantir plenamente aquele que deveria ser o seu dever de tutela para com os seus subordinados. Isto é bem visível naquilo que se passa hoje, de que também temos dado eco.

Neste momento, nenhum dos chefes militares dos três ramos tem autonomia ou autoridade para promover um soldado a cabo, necessitando de um despacho conjunto, do Sr. Ministro da Defesa e do Sr. Ministro das Finanças. Isto é grave e mina toda a confiança, que deve existir, numa estrutura altamente hierarquizada como é a das Forças Armadas.

Tivemos um exemplo disso recentemente, com as promoções de 2018, feitas com antiguidades reportadas a janeiro de 2018 e que foram publicadas em novembro e dezembro — algumas ainda continuam a sair! —, sem efeitos retroativos remuneratórios correspondentes à data das antiguidades. E não há nenhum chefe que possa passar por cima disto. Certamente que nenhum chefe gosta de o fazer, mas tem de o fazer, pois não tem forma de contrariar essa questão.

Acima de tudo, penso que o que aconteceu em Tancos é uma questão que tem de ser analisada aqui, na casa da democracia, pelos Srs. Deputados, pelos grupos parlamentares, para tentarem chegar a um consenso sobre quais as Forças Armadas de que o País precisa, de que modelo de Forças Armadas é que o País necessita e, em função disso, definir concretamente quais são os meios que o País tem para alocar às Forças Armadas que forem entendidas como necessárias.

O que não podemos é continuar a querer projetar forças para missões internacionais no âmbito dos acordos com a NATO (North Atlantic Treaty Organization) e com a União Europeia tendo sempre os mesmos meios financeiros e humanos, ficando, depois, como se disse, «um sargento, um cabo e seis soldados» para fazer rondas permanentes a uma zona sensível como a dos Países de Tancos. Não é possível continuarmos com esta indefinição sobre aquilo que se pretende das Forças Armadas.

Foram colocadas muitas questões que são transversais e que são idênticas. Em traços gerais, como já disse, tudo aquilo que versa sobre matéria operacional não comentamos, mas estou inteiramente à disposição do Sr. Presidente e dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Uma vez que fez referência a este ser, provavelmente, o seu último ato enquanto presidente da Associação Nacional de Sargentos, queria, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, desejar-lhe as maiores felicidades pessoais e agradecer-lhe pela sua participação nesta Comissão de Inquérito.

Seguir-se-á a audição do Sr. Presidente da Associação de Praças, o Sr. Cabo-Mor Luís Reis, na qual pedia ao Sr. Vice-Presidente José De Matos Rosa que me substituísse.

Pausa.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente José de Matos Rosa.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, começo por dar as boas vindas ao Sr. Presidente da Associação de Praças, o Sr. Cabo-Mor Luís Reis, agradecendo a sua presença e colaboração com esta Comissão.

Entretanto, já expliquei ao Sr. Cabo-Mor Luís Reis como vai funcionar esta audição: cada grupo parlamentar dispõe de 5 minutos e, no final, o Sr. Cabo-Mor responderá, em conjunto, a todos os Srs. Deputados.

Começamos esta audição pelo CDS-PP, pelo que tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco.

O Sr. **Álvaro Castello-Branco** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo, obviamente, por cumprimentar o Sr. Cabo-Mor Luís Reis e por agradecer a sua presença nesta Comissão de Inquérito na qualidade de presidente da Associação de Praças.

Queria levantar duas ou três questões, mas começaria por uma declaração feita pelo Sr. Cabo-Mor Luís Reis, na sequência da demissão do então Ministro Azeredo Lopes, em que o Sr. Cabo-Mor afirmava, e vou citá-lo, que «este assunto não pode ficar arrumado com a demissão de Azeredo Lopes. A responsabilidade política está encontrada. E a responsabilidade militar? As chefias militares passarão pelo intervalo da chuva, neste caso, sem se molharem?». Perguntava, na altura, o Sr. Cabo-Mor Luís Reis.

Na sequência destas suas declarações, pergunto-lhe se lhe parece que, com a demissão do General Rovisco Duarte, a responsabilidade militar está encontrada. Ou seja, sabendo que as razões invocadas pelo General Rovisco para a sua demissão não encontraram Tancos como fundamento, pergunto-lhe se entende que essa tal responsabilidade militar de que o Sr. Cabo-Mor

Luís Reis falava nas suas declarações foi, ou não, encontrada com essa demissão.

Pergunto-lhe, também, se considera adequado que a assunção de responsabilidades relativamente ao furto dos Paióis Nacionais de Tancos tenha sido apurada e aplicada a um universo de um cabo, um soldado, um sargento e um oficial, tendo ficado de fora o comandante do Regimento. Isto é, no seguimento da questão anterior, pergunto-lhe se entende que a responsabilidade foi apurada com estas quatro responsabilidades imputadas, repito, a um cabo, a um soldado, a um sargento e a um oficial.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Filipe, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Cabo-Mor Luís Reis, queria cumprimentá-lo enquanto presidente da Associação de Praças.

Vou colocar a minha questão nos mesmos termos em que, há pouco, coloquei ao presidente da Associação Nacional de Sargentos. Ou seja: estamos hoje a ouvir as associações representativas dos militares sobre a apreciação que fizeram, e fazem, sobre o sucedido em Tancos, um acontecimento que, de facto, feriu a imagem das Forças Armadas Portuguesas perante a opinião pública e que, portanto, teve essa gravidade.

Naturalmente que a responsabilidade pelo que ocorreu não pode ser assacada, de maneira alguma, às associações militares e obviamente que as responsabilidades criminais estão a ser apuradas pelas autoridades judiciais, mas as associações militares terão uma opinião acerca das condições que permitiram que esses factos ocorressem, acerca daquilo que poderia ter sido feito, e não foi, para evitar esse acontecimento e, posteriormente, acerca daquilo que importa fazer e que, porventura, terá sido feito, ou não, para se evitar que situações como aquelas ocorram no futuro.

Portanto, a questão que coloco é uma questão aberta, ou seja, pergunto-lhe o que é que, enquanto presidente da Associação de Praças, nos quer transmitir acerca destes factos, que constituem objeto desta Comissão de Inquérito.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Fátima Ramos, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Começo por cumprimentar o Sr. Presidente, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados, o Sr. Presidente da Associação de Praças, o Cabo-Mor Luís Reis, a quem agradeço, desde já, pela sua presença.

Queria dizer-lhe, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, que temos o maior apreço quer pelo trabalho da vossa Associação, quer pelas Forças Armadas no seu conjunto, mas é um facto que Tancos representou algo que não foi feliz, que nos preocupa e que preocupa sobretudo os portugueses. Sentirem que a instituição que os protege, que os defende é assaltada num paiol, que é quase como um cofre, ou seja, algo que merece muito respeito, é para os portugueses uma situação muito preocupante.

Sr. Cabo-Mor, por esse facto, dada a experiência da Associação de Praças, gostaria de lhe perguntar se a Associação tinha conhecimento do estado dos Paióis Nacionais de Tancos, isto é, dos problemas ao nível das infraestruturas, da videovigilância e de outros. Teve conhecimento de alguma vez ter sido apresentada alguma queixa ou denúncia que levasse a que a Associação soubesse do estado desses mesmos Paióis? Foram apresentadas queixas ou denúncias sobre as condições em que os militares ali exerciam as missões de segurança?

Como é que avalia o que aconteceu em Tancos? Qual é a sua opinião sobre isso? Já foi aqui dito que isto representou um «murro no estômago que

chegou ao coração e à cabeça» e eu gostava de saber a sua opinião acerca desta expressão. De que modo é que este episódio afetou o Exército?

Pergunto-lhe ainda: o que é que acha que permitiu a ocorrência deste furto? A Associação considera que os coronéis comandantes das Unidades deveriam ter sido exonerados temporariamente? Ou seja, o que é que acha deste processo de exoneração? Acha que eles seriam, realmente, um entrave às investigações? Acha normal que apenas tenham sido instaurados processos disciplinares a um sargento, a um cabo e a um soldado? A Associação acompanhou o processo disciplinar que foi movido ao soldado? Não acha que as chefias ficaram de fora de qualquer responsabilidade? Isto é, as chefias não deveriam responder também pelo que aconteceu em Tancos?

Por outro lado, pergunto-lhe se acredita que possa ter existido pressão política sobre a chefia militar para que apresentasse resultados rapidamente. Isto é, pergunto se não houve aqui uma vontade de mostrar que algo estava a ser feito, mesmo que, eventualmente, com isso prejudicassem a imagem das Forças Armadas, especialmente neste processo de exoneração. Alguma vez tiveram conhecimento de que era feita pressão política sobre as chefias militares? Alguma vez isso foi dito?

A propósito do furto, já aqui foi feita a afirmação de que houve «uma gestão político-militar completamente desastrosa». Concorda com esta afirmação?

Gostava, ainda, que comentasse o seguinte: ontem, o ex-CEME General Rovisco Duarte disse-nos que tinha sido uma questão de comando e de desleixo, tendo inclusivamente dito que existiam festas, que havia assadores, que aquilo parecia um campo de férias ou um piquenique. Como comenta esta situação? Concorda com isto?

Por um lado, dizem-nos que existiam problemas com as infraestruturas, mas, por outro, ouvimos afirmações como esta. Pergunto-lhe se, de facto, existia desleixo em todo o processo.

Alguma vez, no seio do Exército, tinham ouvido comentar que existia esta possibilidade de roubo? Por outro lado, gostaria de saber a sua opinião sobre a perigosidade do material roubado. Já aqui foi dito que, se esse material fosse mal utilizado — até porque se ele foi roubado é porque tinha a finalidade de ser utilizado — poderia levar, inclusivamente, à destruição de linhas de caminho-de-ferro e a outras situações extremamente graves. Qual é a sua opinião sobre isto, bem como sobre o estado de alerta do País?

Na sua opinião, o estado de alerta deveria ter sido mudado? Pergunto se, eventualmente, esse estado de alerta não foi mudado por via de pressões que tenham existido.

Se nos quiser dar a sua opinião sobre o processo de reaparecimento das armas, isso também é algo que gostaríamos de ouvir, até porque, por estranho que pareça, o reaparecimento aconteceu no dia a seguir aos grandes incêndios de outubro que ocorreram neste País.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Sandra Pontedeira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.^a **Sandra Pontedeira** (PS): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, começo por endereçar uma saudação ao Cabo-Mor Luís Reis que preside à Associação Nacional de Praças. Agradeço, desde já, os esclarecimentos que certamente prestará na apreciação que fará deste acontecimento.

Sabemos que o furto de material ocorrido nos paióis de Tancos foi um acontecimento que abalou profundamente o Exército português, o que, desde logo, lamentamos.

Durante várias audições já efetuadas à estrutura militar existe algo que a todos é comum, que é o facto de existirem fragilidades na segurança aos paióis de Tancos, fragilidades essas, segundos alguns, facilmente supríveis, segundo outros, nem tanto.

Também quanto às consequências das decisões todos tivemos leituras diferentes, o que eu diria ser natural tendo sido apenas tomadas por uma pessoa são avalisadas por várias.

Passo agora a algumas questões muito objetivas: na sua opinião a imagem de degradação do espaço onde se situam os paióis, hoje sobejamente conhecidos, é da responsabilidade de quem? Acredita que os paióis de Tancos eram mal geridos, olhando naturalmente ao que hoje sabemos? Considera a Associação suficiente o número de efetivos para assegurar a segurança aos paióis, de acordo com as condições em que os mesmos se encontravam e o grau de ameaça que existia face aos mesmos?

De acordo com os processos de averiguação, foram indiciados e concluídos três processos disciplinares. Num dos casos ficou provado que apesar de um dos praças saber que não tinham sido realizadas quaisquer rondas pelos soldados da guarda de polícia aos paióis, na noite em que se estima ter ocorrido o furto, incitou os restantes a prestarem falsas declarações no sentido de que as tinham realizado.

O despacho decisório determina a aplicação de uma pena de seis dias de proibição de saída. A pena foi cumprida. Concorde com essa pena e entende que foi justa? Não acha que o exemplo dado por esse praça foi um mau exemplo para todos os outros e que desonra a tradição militar?

Não lhe parece desproporcional a pena atribuída, comparando-a com a dimensão e gravidade do sucedido? É possível ter existido desleixo na realização das rondas ou haver até dias em que as rondas não se realizaram?

Sabemos que existem relatos de que não se fizeram rondas durante 20 horas. A quem atribui essa responsabilidade de não execução de normas?

Concorda que o facto de nunca ter havido qualquer incidente em Tancos em 30 anos poderá ter causado uma certa despreocupação aos militares?

A Associação considera normal e natural que, neste processo em concreto, até ao momento, em todo o Exército, só tenham sido castigados praças e não tenha havido qualquer outro processo disciplinar em escalões superiores, designadamente oficiais?

A Associação concorda que a responsabilidade do furto ocorrido em Tancos se deve, em exclusivo, ao Exército, a falhas, nomeadamente no comando e supervisão no terreno, como ontem ouvimos o ex-Chefe do Estado-Maior do Exército tecer essas afirmações aqui em audição?

Considerando as características do material furtado, qual foi para a Associação o objetivo deste furto?

A Associação admite a existência de cumplicidades internas no furto aos paióis de Tancos? Como disse o Sr. General, o pilha galinhas estava dentro do galinheiro? Existe essa possibilidade?

Para a Associação, e uma vez mais, considerando as características do material furtado, e posteriormente devolvido, esteve algum dia em causa a segurança nacional?

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, começo por cumprimentar o Sr. Cabo-Mor Luís Reis, Presidente da Associação de Praças.

Gostaria de colocar algumas questões procurando não repetir as que já foram feitas por outros Srs. Deputados, mas, de qualquer modo, em primeiro lugar, irei referir-me a um comunicado que saiu da Associação de Praças, três semanas depois dos acontecimentos de Tancos, onde é feita uma análise aos acontecimentos e onde se diz: «Não há militares em número suficiente para garantir a segurança dos espaços vitais pertencentes às Forças Armadas e, por conseguinte, para garantir a defesa da soberania nacional».

Assim, Sr. Presidente, pergunto-lhe se confirma isto e em que modos, e se pode explicitar um bocadinho mais estas questões que saíram no comunicado.

Deixou também críticas nesse comunicado ao Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército e também ao ex-Ministro da Defesa sobre a forma como estavam a conduzir o processo. Ainda segundo o comunicado diz também que não tomou logo posição para que a espuma dos dias assentasse, para que se evitassem certos constrangimentos para a investigação e para não acrescentar ruído àquele que já se estava a levantar sobre esses acontecimentos.

Sr. Presidente, considera que se o comunicado tivesse sido anterior a situação poderia agravar o processo? No comunicado fala-se, também, em consequências «doa a que doer» reiterando até uma expressão do Sr. Presidente da República.

A Associação não pediu demissões, mas considerou que, da parte dos governantes, estavam a ser produzidas, e passo a citar, «palavras pífiyas», dos vários responsáveis políticos e militares. Por outro lado, dizia que as Forças Armadas não podiam estar na linha da frente em reuniões da NATO ou nas missões de paz e missões humanitárias quando não consegue garantir a

segurança de importantes estruturas dentro das fronteiras ou garantir a segurança em locais de extrema importância para a defesa nacional.

O que é que isto quer dizer, Sr. Presidente? Quer dizer que eventualmente aquelas missões de paz, missões externas, deveriam ser repensadas tendo em conta a falta de efetivos, a falta de recursos? Gostava que me pudesse explicitar um bocadinho mais esta situação.

Finalmente, disse que estava na hora de exigir ao comandante supremo das Forças Armadas, ao Governo e às chefias militares que vos ouvissem, dizendo que iam interpelar essas chefias. Essa interpelação chegou ou não a ser feita?

Ainda, esta Comissão de Inquérito teve conhecimento de que houve vários relatórios dos comandantes, postos de comando a reportar as deficiências e as lacunas dos paióis nacionais de Tancos, mas que nada foi feito. O ex-Chefe do Estado-Maior do Exército falou em incúria falou em desleixo, mas também se falou em falta de recursos financeiros e falta de recursos humanos.

Também se diz que os sistemas de videovigilância não funcionavam e ainda que se se metesse uma cassette o sistema estava todo avariado, estava inoperacional, pelo que lhe pergunto qual é a sua opinião sobre isto e por que é que isto acontecia. Porque é que os militares não reportaram ou se reportaram não foram ouvidos? Pergunto se tinham de meter a cassette todos os dias no sistema que não funcionava nos paióis nacionais de Tancos.

Por outro lado, gostaria de saber se concorda ou não com as exonerações dos comandantes das Unidades militares que foram feitas na altura. Teve conhecimento de descontentamento no seio do Exército sobre essas demissões, sobre as exonerações? A sua Associação alguma vez chegou a tomar posse? Acha que efetivamente houve numa encenação no reaparecimento do material militar na Chamusca?

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Srs. Deputados, terminámos esta ronda de perguntas, pelo que, para responder, tem a palavra o Sr. Cabo-Mor Luís Reis, dispondo para o efeito de 25 minutos.

O Sr. Cabo-Mor **Luís Reis**: — Começo por cumprimentar as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados.

Penso que consegui apontar a maior parte das questões, mas lamento se não responder a alguma porque objetivamente não é fácil tomar conta de todas as perguntas que fizeram. Tentarei ir ao encontro das vossas expectativas.

O Sr. Deputado do CDS perguntou-me — e isto tem a ver com as declarações feitas num comunicado que fizemos na altura em que o Ministro Azeredo Lopes deixou as suas funções — se a responsabilidade política do nosso ponto de vista foi encontrada. Digo-lhe que, com a demissão do General CEME, pensamos que sim. Mas considero que uma e outra foram feitas de forma tardia. É assim, é a lei da vida, nós somos chefes e quando acontece uma coisa qualquer, estamos a falar de um assalto aos paióis de Tancos, quanto mais não seja é uma questão de bom senso.

Claro que não é só isso que está subjacente, mas se houve responsabilidades para os seus subordinados, no caso do General CEME, é evidente que ele próprio teria de tirar as suas ilações e, nesse sentido, ter-se demitido, pois embora não sendo ele o responsável diretamente terá as suas responsabilidades em todo este processo.

Quanto à questão disciplinar, não lhes chamo bodes expiatórios, encontrámos aqui um soldado, um primeiro-cabo, um sargento e um oficial. Não conheço o teor das acusações, mas há uma questão que não posso deixar de referir e que tem a ver com o tipo de penas que é aplicado a cada um destes militares.

O oficial tem mais responsabilidade do que o sargento, o sargento mais responsabilidade do que o praça e, portanto, não encontro aqui como é que o oficial saiu com uma repreensão e os praças saíram com penalizações maiores e o sargento também.

Numa cadeia de comando é assim que as coisas funcionam, há responsabilidades e essas responsabilidades quando têm de ser medidas aplicam-se-lhes penas diferenciadas, pelo que lamentamos que isso não tenha ocorrido, chamando sempre a atenção que não conheço o teor das acusações e o que é que lá estava implícito e, portanto, também não posso...

Mas normalmente em processos disciplinares, que envolvem um conjunto de militares de patentes diferentes, é assim que as coisas ocorrem.

Sobre as condições em que os factos ocorreram e o poder evitar-se que ocorram no futuro quero dizer o seguinte: estas consequências têm a ver sobretudo com a questão da falta de zelo do ponto de vista dos materiais. Estamos aqui a falar dos paióis e de todo o espaço contíguo aos paióis, as vedações, os espaços de vigias, o facto de não termos uma viatura para fazer rondas, etc., etc. Isso são condições que se vão ao logo do tempo agudizando e que levam, mais cedo ou mais tarde, a situações como aquelas que ocorreram.

Não compreendo, e penso que ninguém compreenderá, tendo em conta os valores que têm vindo a ser conhecidos, cerca de 500 000 €, porque é que em tanto tempo não se tomou a medida de recuperação das redes ou até do sistema de videovigilância que me parece que há dois anos também não funcionava.

Portanto, temos muitas dificuldades em perceber como é que alguém, neste tempo todo, não tomou uma iniciativa forte, no sentido de resolver esta questão dos paióis de Tancos, que era um problema crónico, um problema premente, que todos conheciam, ao que parece, segundo aquilo que todos têm dito, desde o poder político que estava em funções à época até aos

chefes, até aos comandantes das Unidades e aos que vão por lá passando. Estamos aqui a falar de uma questão de soberania nacional, não compreendo por que é que não se atacou este problema. Isto porque, há situações que temos de priorizar, os orçamentos são escassos, mas há alturas em que temos de priorizar aquilo que é necessário. E esta questão era uma questão de segurança nacional e devia ter sido feito esse investimento no sentido de recuperar isso e não de deixar andar o problema.

Até me atreveria a dizer, ironizando um pouco a situação, que, se não houvesse o furto de Tancos, as redes que rodeavam o perímetro dos Paióis continuariam no estado em que se encontravam, o sistema de vigilância continuaria a não funcionar, as torres de vigia continuariam em mau estado, o número de rondas não ultrapassaria mais de três ao longo de 24 horas e não teríamos disponíveis viaturas para fazer uma ronda com mais eficácia e o número de militares seria manifestamente insuficiente para dar cumprimento à vigilância de um espaço tão grande como é aquele dos Paióis Nacionais de Tancos.

Portanto, trata-se de recursos materiais e recursos, também, humanos. Oito militares para fazerem uma ronda ajustável — claro que três rondas é pouco, é curto —, mas temos de repensar isso em função do número de militares que tínhamos adstritos a essa missão, que eram escassos. Sem uma viatura é manifestamente impossível percorrer todo o caminho para fazer essa ronda com eficácia. Isso é consequência, no caso aqui concreto, de tudo o que envolve o espaço onde os Paióis Nacionais de Tancos se encontravam, mas é também um pouco aquilo que é o atual estado das Forças Armadas no que diz respeito à questão do material e à questão dos recursos humanos.

Cada vez os militares têm mais missões, mas cada vez têm menos condições para executar essas missões. Dá-se uma ideia de que efetivamente, de um ano para o outro, há um acréscimo dos orçamentos, mas, depois, a prática vem-nos dizer que isso não é verdade. E não é verdade porquê? Não

é verdade porque quando chegamos a abril ou a junho, ou agosto ou outro mês qualquer, existem cativações que, de facto, condicionam o normal funcionamento da estrutura militar. Isso é uma situação que não decorre só este ano — tem vindo a acontecer nos últimos anos — e, de facto, fazer uma gestão desta forma torna-se muito difícil.

Não tínhamos nenhuma informação, nem nos chegou à Associação qualquer denúncia das condições de trabalho em que as pessoas estavam a executar as suas funções, portanto, não tivemos nenhum conhecimento dessa circunstância.

Relembro aos Srs. Deputados que a Associação só abriu aos outros ramos a partir de 2010. Sei que decorrem já uns anos, mas, de facto, não é assim tão fácil chegar a outras realidades em tão pouco tempo. Temo-lo feito nos últimos dois anos e não tínhamos, de facto, qualquer conhecimento dessa circunstância, nem da situação, das condições em que eles faziam as rondas.

Ouvia-se falar de algumas das condições, no caso das redes, ouvia-se, mas não tínhamos, de facto, nenhuma informação privilegiada de que isso fosse uma evidência, até porque pensávamos que, em relação a tudo o que tinha a ver com a questão da soberania nacional, havia alguém que faria o favor de cuidar dessa responsabilidade. Neste caso, estamos a falar dos paióis de Tancos e certamente que alguém deveria ter tido a responsabilidade de atacar esse problema, mas, pelo vistos, isso não foi feito.

Quanto àquilo que o Sr. ex-CEME aqui disse, não sei se ontem, sobre a questão do desleixo em todo o processo, costumo dizer que o chefe era ele: esteve bastante tempo como CEME e, portanto, se houve desleixo, se houve aqui incúria, se houve aqui mais um conjunto de coisas que o Sr. General CEME disse, o chefe era ele.

Portanto, não serve agora de nada vir atacar, *a posteriori*, uma situação de que, pelos vistos, ele tinha conhecimento — deu aqui exemplos de várias

circunstâncias que se passaram durante o seu comando. Se houve isso tudo é porque alguém permitiu que houvesse. É simples e objetivo.

Foi o próprio que o relatou aqui, não estou a escamotear nenhuma situação. Foi o próprio até que denunciou aqui algumas circunstâncias, de facto. Portanto, se o ambiente não era o melhor e se não tinha condições, de facto, para levar a carta a bom porto, devia ter repensado ou devia ter agido de outra maneira ou devia ter colocado o lugar à disposição mais cedo, mesmo sem ser com esta circunstância de Tancos.

Se o Sr. ex-CEME entendeu que não era razão para o fazer, ele lá saberá, mas colocar as questões *a posteriori*, penso que, do nosso ponto de vista, não terá sido o mais ajustado.

É também estranha a questão da exoneração suspensiva. Eu estou na Armada há 34 anos. Nunca vi uma exoneração suspensiva. Nunca! A pessoa é exonerada, ponto final, parágrafo! Nunca há esta circunstância, porque quando se exonera alguém de um cargo é porque se reconhece que aquela pessoa não tem condições para continuar nesse cargo, independentemente de se dizer que era para, digamos, criar condições para que o processo se desenrolasse. Então, mas, passado pouco tempo, foram readmitidos, ainda o processo não estava concluído, logo, o pretexto que tinha sido utilizado caiu por terra.

Não quer dizer que se esteja a dizer, logo à partida, que a pessoa é responsável. Mas, se o motivo foi para que o processo se desenvolvesse com normalidade, sem que houvesse alguma pressão, então não faz muito sentido ter sido readmitido pouco tempo depois. Agora, aqui é um pouco também como aconteceu com o Sr. General ex-CEME: claro que há responsabilidades que deviam ser retiradas de todos os comandantes das Unidades. Penso que sim, que também devia ter sido feita essa circunstância.

Sr. Deputado, relativamente à questão das «palavras pífias», nós emitimos um único comunicado sobre este processo todo, um único, nunca

mais dissemos nada sobre isso. E fizemo-lo a 18 de julho de 2017. Foi a única vez que, publicamente, demos conta daquilo que pensávamos e não só em relação ao assalto de Tancos, pois o comunicado faz um conjunto de considerações. Quando se falou na questão das «palavras pífiyas», foi porque, para nós, as coisas têm de ser ditas. Quem tem uma responsabilidade acrescida — e quer o ex-Ministro, quer o ex-CEME tinham essa responsabilidade acrescida... Nós cingimo-nos àquilo que eles próprios disseram e citámo-los, não inventámos palavras.

Quando alguém diz que compete avaliar porque é que a videovigilância estava avariada há cerca de dois anos e, depois, vem-se a saber que já havia conhecimento de que essa videovigilância não estava operacional há cerca de dois anos, não faz sentido estar a dizer isto para a opinião pública, não é?

Ou dizer, como o Sr. Ministro disse na altura, por muito estranho que possa parecer, que não sabia se havia falta de vigilância em Tancos. Mesmo que não soubesse, não podia colocar mais achas em cima da fogueira. Essa circunstância deveria ter sido resolvida internamente e não na praça pública. Foram os próprios responsáveis diretos que foram colocando achas em cima da fogueira. Era o que parecia, pelas suas declarações! E, por isso, nós dissemos «Não basta pedir a demissão.»

O que é necessário, do nosso ponto de vista, é exigir uma política diferente para a Defesa Nacional e questionar de forma clara a tutela e as chefias militares sobre que Forças Armadas pretendem para o País. Não podemos dar a imagem de que lá fora temos meios humanos, temos tecnologia e, depois, no nosso Portugal continental, não temos as mesmas condições para os outros militares que estão cá a cumprir essas missões com zelo, com dedicação e empenho. Não podemos!

Temos de criar condições para todos. Porque se há coisa que podemos dizer é que os militares têm cumprido, efetivamente, e independentemente

de todas as circunstâncias que possam ter acontecido ao longo destes anos, com profissionalismo e abnegação as suas missões, independentemente de onde elas tenham acontecido.

Não há militares em número suficiente — isto é uma exclamação! Pois se temos um flagelo... A Associação de Praças tem-se preocupado e tem tentado fazer tudo e mais alguma coisa em relação à questão do recrutamento. Se continuarmos nesta linha, não temos meios, não temos pessoal para vir para as Forças Armadas e nem conseguimos, por outro lado, reter aqueles poucos que vêm. Mas isso são dados do dia a dia!

Para os senhores terem uma ideia, todas as semanas, nos três ramos das Forças Armadas, há militares a rescindirem contrato! Há militares do quadro permanente, com 23, com 24, com 18, com 15 anos a fazerem abate ao quadro permanente! Há aqui qualquer coisa nisto tudo que não bate certo!

Quando criamos uma expectativa demasiadamente... Quando damos uma relevância a uma coisa — que dissemos, logo à partida, que não iria funcionar — como o Regime de Contrato Especial, que pode ir até aos 18 anos, e explicámos porque é que, evidentemente, isso não iria resultar...

Reparem numa coisa: disseram-nos e venderam até esta circunstância do Regime de Contrato Especial como a salvação de todos os males para o recrutamento. Está em vigor desde o dia 2 de novembro. Sabem dizer-me qual dos ramos já conseguiu implementar o Regime de Contrato Especial? Nenhum! E de novembro a março, já decorreram um conjunto de meses.

Estes diplomas estavam a ser preparados há dois anos. Já sabiam o que ia acontecer. Então porque é que, antes de entrar em vigor, não se criaram condições para este regime entrar em vigor, se era a salvação? Não é, nem vai ser, enquanto não tomarem outras medidas a montante que resolvam o problema, de facto, dos militares e dos jovens que querem ingressar nas Forças Armadas.

Se entram 100, saem 300! Digamos que é isso que está acontecer neste momento: entram 100 e, ou durante a recruta ou durante o início da sua formação complementar, rescindem contrato. Portanto, quando chegam às Unidades rescindem contrato! É isso que se passa, realisticamente, nas Unidades militares!

Sabem que um soldado que faça o seu percurso no Exército durante os seis anos de contrato — poder fazer seis anos no posto de soldado, acontece no Exército —, em relação a um militar da Marinha, em seis anos, perde 23 000 euros? Não são 5000 euros, não são 7000 euros, são 23 000 euros!

Problemas de fardamento: um militar do Exército quer comprar um camuflado, não existe! Tem de ir a uma empresa privada comprar um camuflado, gastar 40, 50 ou 60 €, porque não há fornecimento de um camuflado! Portanto, se quiser andar bem uniformizado, tem de investir do seu próprio bolso!

Alimentação, condições de habitabilidade: ainda não há muito tempo se disse que se tinha de fazer um investimento tremendo no caso do Exército em relação aos espaços de habitabilidade e que, supostamente, cada coberta custaria à volta de 300 000 a 400 000 €. Não tivemos 500 000 € para repor a rede, mas agora já se fala em 400 000 € para a criação de cada coberta. É espantosa esta relação de números!

Portanto, há tanto para fazer na questão do investimento, quer na parte do material, quer na parte de recursos, que efetivamente, se não se faz qualquer coisa de forma rápida e incisiva a apontar diretamente para qual o objetivo, para o que nós pretendemos, a situação vai ficando cada vez mais difícil.

Para terem uma ideia, no caso da Marinha, 90% dos militares em Regime de Contrato estão embarcados, estão na componente operacional. É dos três ramos aquele em que os militares em Regime de Contrato estão mais empenhados na operacionalidade. Temos militares que entram para uma

unidade naval num dia e, passados seis anos, saem dessa unidade naval. E, se ingressarem no quadro permanente, continuam embarcados, porque não há ninguém para os substituir.

Como é óbvio, as pessoas cansam-se, porque compreendem a necessidade, compreendem o sacrifício que, por vezes, é preciso ter nesta vida militar. E certamente que sim, porque temos uma condição militar que a isso nos obriga, mas isso não significa que não possamos ter atenção para com a nossa família, para com os nossos amigos, para ter o tempo necessário para recuperar da fadiga que tivemos do tempo que estamos embarcados. Outrora isto nunca acontecia. Nunca um militar estava seis anos embarcado, quanto mais oito, dez e doze anos! Isto já com consequências graves do ponto de vista de saúde, pois muitos já estão a padecer desses problemas, derivado ao tempo de permanência seguido no mar — e estamos a falar de jovens!

Isso são tudo consequências da falta de material, por um lado, e de pessoal, pelo outro. E tudo isso vai esbarrando na situação que aconteceu em Tancos e poderá acontecer no futuro noutras Unidades, noutras realidades. Já houve assaltos também na Marinha, em relação a armas. Não é um caso virgem! Claro que, com esta dimensão e neste enquadramento, é uma situação completamente diferenciada das outras.

Houve alguém que perguntou se penso que quem conhecesse a realidade dos paióis poderia ter alguma interferência ou passagem de informação privilegiada. Pois, a investigação terá de fazer o seu caminho, mas, normalmente, estas coisas, se calhar, até acontecem, não é?! Alguém que passou por lá, alguém que conhecia muito bem, alguém que esteve lá presente durante muito tempo e que conhecia aquela realidade e as suas fragilidades. É que as pessoas, ao fazerem o acompanhamento, também acompanham as fragilidades do próprio sistema.

Agora, é inacreditável, repito, é inacreditável! Como é que, com tanta gente a conhecer, de facto, o problema dos paióis de Tancos, não se atacou este problema de uma vez por todas?! É inacreditável.

Reparem que passaram sensivelmente 18 meses do ocorrido, mais coisa, menos coisa, e o problema continua a não estar resolvido. Correto?! O problema continua a não estar resolvido. Ainda não há segurança absoluta em relação àquilo que se pretende para aquela situação dos paióis, embora já o material tenha sido retirado de lá e colocado noutros locais, mas isso não está ainda salvaguardo.

Então e as rondas?! Continuam a fazer-se apeadas ou há um transporte para os militares se deslocalizarem no perímetro dos 50 ha?! Todas estas circunstâncias continuam por resolver, ao que parece. Tivemos um problema, tivemos um rombo, não é?! É evidente que a moral das tropas...

Isto é como se fosse a nossa casa. Se pensarmos que podíamos ter feito mais alguma coisa em devido tempo e não o fizemos, é evidente que ficamos com um sentido de responsabilidade acrescida. Pensamos: «Se calhar, se tivesse investido ou se tivesse feito qualquer coisa, este problema não se teria colocado...». É evidente que sim.

É evidente que, quando a imagem do Exército, no caso concreto... Isto passava todos os dias. Todos os dias havia um conjunto de pessoas a falar sobre esta questão do assalto aos paióis de Tancos, portanto, era uma questão mediática da esfera portuguesa. Por isso, é natural que a moral das pessoas... Como dizia o Sr. Almirante CEMGFA (Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas), o Exército não é só os paióis de Tancos. É evidente que não é, é muito mais do que isso, mas, naquele momento, até dava a sensação de que o Exército era mesmo só os paióis de Tancos, tal foi o rombo e moral que isto causou na instituição Exército e nos seus interlocutores.

Não tenho dúvidas nenhuma sobre isso. Não só no Exército mas mesmo nos outros militares, porque, de facto, não vendo que pudesse

acontecer nos seus ramos situações idênticas... Mas, muitas vezes, há coisas que não acontecem por milagre. Há situações que não acontecem por milagre, quando não são feitas as revisões do material a tempo, enfim, por um conjunto de circunstâncias...

É como os nossos automóveis, não é?! Se não tivermos o devido cuidado e não fizermos as revisões com a previsibilidade a que elas devem ocorrer, há situações que podem acontecer no futuro. Felizmente, não têm acontecido, mas há situações aí bastante complicadas do ponto de vista...

É evidente que não é o sítio para colocar essas questões, mas, seja como for, é um alerta, porque temos de arrepiar caminho e temos de criar outro tipo de condições para que, no futuro, não venham a ocorrer situações que nos façam pensar a todos que este não é o caminho. Este não é o caminho.

Reconheço que não consegui responder às perguntas uma a uma. Algumas também eram, elas próprias...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Foi além das perguntas!

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Foi o essencial.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Sr. Cabo-Mor Luís Reis, Presidente da Associação de Praças, queria agradecer a sua presença, os esclarecimentos que nos deu. Como os Srs. Deputados disseram, foi, até, além das perguntas que lhe colocaram nalgumas áreas.

Resta-me agradecer, em nome dos Srs. Deputados, dos grupos parlamentares e da Comissão de Inquérito, a sua colaboração e a ajuda que nos deu. Continuamos a contar com a Associação de Praças para o apuramento da verdade.

O Sr. Cabo-Mor **Luís Reis**: — Da minha parte, também agradeço.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Dou por terminada a nossa reunião.

Na próxima terça-feira, às 18 horas, cá estaremos novamente para a audição do Juiz-Conselheiro Júlio Pereira.

Dou por encerrada a sessão. Até terça-feira.

Eram 19 horas e 50 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.